

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****138ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 399/2024/CMRI/CC/PR

**NUP: 48003.001383-2024-15****Órgão: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica****Requerente: A.C.****Resumo do Pedido**

O requerente solicita a cópia integral do Processo nº 48500.007583/2022-17.

**Resposta do órgão requerido**

O órgão negou o acesso ao referido “Processo administrativo – fiscalização – Fiscalização da Gestão Econômica e Financeira da Amazonas S.A.” com base no art. 22 e art. 23, inciso IV da Lei nº 12.527/2011.

**Recurso em 1ª instância**

O requerente reiterou o pedido, nesse sentido, argumentou que o art. 22 da Lei nº 12.527/2011 não cabe para negar o acesso, pois o referido artigo faz menção às empresas prestadoras de atividade econômica. No caso da Amazonas, trata-se de empresa prestadora de serviço público de distribuição de energia, em regime de monopólio natural, sem concorrência com outras empresas. Quanto à aplicação do art. 23 solicitou explicações sobre o risco da divulgação da informação. Por fim, considerou que o processo administrativo em referência já foi finalizado, pois já houve decisão final da ANEEL não apenas recomendando a caducidade, mas também julgando o recurso administrativo interposto. Aliás, o próprio MME já emitiu relatório (SEI/MME – 0856181) opinando sobre os possíveis encaminhamentos a serem dados à concessão, o que prova que os autos já estão com o Poder Concedente e o processo na ANEEL encontra-se encerrado.

**Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância**

O órgão negou o acesso alegando que as informações solicitadas abrangem documentos preparatórios e que, portanto, terão seu acesso restrito até a decisão do Poder Concedente, quanto a recomendação de caducidade. Além disso, afirmou que, há no processo documentos classificados como sigilosos, sujeitos à restrição de acesso ao público, conforme Art. 10 da NOA nº 15, de 2004, e da Lei nº 12.527, de 2011.

**Recurso em 2ª instância**

O requerente reiterou o pedido por meio de extenso arrazoado que, em suma, alegou que, o processo administrativo em comento já se encerrou e, assim, seus atos preparatórios devem ser disponibilizados para acesso, conforme dispõe o art. 7º, §3º, da Lei 12.527/2011. Ainda que não tenha ocorrido decisão do Poder Concedente sobre a decretação, ou não, da caducidade da concessão, a competência da ANEEL para tratar do tema já se esgotou; logo, entende-se não haver razão para manter sigilo ao processo; além disso, entendeu pela inaplicabilidade do disposto no art. 10 da NOA nº 15, de 2004, além da recorrida não indicar os dispositivos que subsidiariam a decisão.

**Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância**

A Recorrida informou que o processo 48500.007583/2022-17 está disponível no portal da ANEEL, em atendimento ao inciso I do art. 7º, e, também, conforme o §6º do art. 11 da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), e pode ser acessado por meio da consulta processual no: [https://www.gov.br/aneel/pt-br/canal\\_atendimento/processo-eletronico/consulta-processual](https://www.gov.br/aneel/pt-br/canal_atendimento/processo-eletronico/consulta-processual), salientado que alguns documentos estão restritos em observância à legislação específica.

### **Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)**

O Requerente reiterou o pedido nos mesmos termos dos recursos anteriores, solicitando o acesso integral aos autos, nesse contexto, acrescentou que a recorrida não apresentou o respaldo legal para a manutenção de parte dos documentos do Processo nº 48500.007583/2022-17 em acesso restrito, limitando-se a afirmar que “alguns documentos estão restritos em observância à legislação específica”. Portanto, alegou que não foram demonstrados os fatores que motivaram essa decisão. Relatou que, ao verificar tanto a Lei nº 12.527/2011 quanto a NOA nº 15/2004 – legislações que disciplinam o acesso à informação no âmbito da ANEEL – não encontrou dispositivo legal que justifique tal restrição.

### **Análise da CGU**

A CGU solicitou esclarecimentos adicionais para que a recorrida se manifestasse, de forma que, elencasse os motivos da negativa de acesso apontando cada legislação específica, para cada documento solicitado. Em resposta, a ANEEL listou 21 (vinte e um) documentos, apresentando para cada um o detalhamento das justificativas para a restrição. Sobre isso, a CGU pontuou que, o processo requerido se trata de eventual decretação de caducidade da concessão, de interesse público, mas com documentos que contém informações pessoais e outras protegidas pela Norma de Organização ANEEL nº 15, que dispõe sobre o acesso à informação de natureza pública apresentada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em qualquer suporte, observados os critérios de restrição das matérias de caráter sigiloso. Sendo assim, com base no princípio da boa-fé, e que o órgão deve cumprimento à Lei de Acesso à Informação - LAI, recepcionou as justificativas de restrições de acesso aos documentos do processo demandado, já que os que foram ocultados pela recorrida encontram-se protegidos pelo disposto no artigo 31, §1º da Lei nº 12.527/2011, por conter informações pessoais sensíveis c/c o disposto no art. 5º, inciso II da Lei nº 13.709/2018, bem como pelo artigo 22 da LAI c/c com art. 6º, inciso I do Decreto nº 7.724/2012, com relação aos acordos de confidencialidade e decisão judicial que tramita em segredo de justiça.

### **Decisão da CGU**

A CGU indeferiu o recurso, haja vista os documentos que foram ocultados pela recorrida encontram-se protegidos pelo disposto no artigo 31, §1º da Lei nº 12.527/2011, por conter informações pessoais sensíveis c/c o disposto no art. 5º, inciso II da Lei nº 13.709/2018, bem como pelo artigo 22 da LAI c/c com art. 6º, inciso I do Decreto nº 7.724/2012, com relação aos acordos de confidencialidade e decisão judicial que tramita em segredo de justiça.

### **Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)**

O requerente afirmou que, entendeu as restrições de acesso aos documentos, inclusive os acordos de confidencialidade. Porém, para conciliar as restrições de acesso com a sua necessidade de acessar os documentos, solicitou que as informações confidenciais fossem tarjadas e os documentos fossem assim disponibilizados. Argumentou que, existem casos, em especial, que sequer a carta/manifestação da Amazonas está disponível, o que prejudica o entendimento integral dos autos. Sendo assim, listou 8 (oito) documentos que pediu que fossem disponibilizados com as tarjas necessárias. Os referidos documentos são: **1)** 48513.001687/2023 (e anexos); **2)** 48513.013817/2023 (e Anexo); **3)** 48513.014754/2023 (e Anexos); **4)** 48513.016279/2023 (e Anexo); **5)** 48513.016931/2023; **6)** 48513.023830/2023 (Anexos técnicos); **7)** 48513.026607/2023 (Anexos técnicos); **8)** 48513.026919/2023 (e Anexo).

### **Admissibilidade do recurso à CMRI**

Recurso conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724/2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022.

### **Análise da CMRI**

Em análise ao exposto, o recorrente reitera o pedido, porém neste recurso refere-se especificamente a 8 (oito) documentos. Desta forma, foi necessário realizar diligência junto à recorrida para verificar a possibilidade de atendimento parcial quanto a estes, conforme dispõe o art. 7º, §2º da Lei nº 12.527/2011. Nesse sentido, caso permanecesse a impossibilidade de fornecimento, requereu-se que fossem detalhados que tipos de informações constam nos mesmos, ainda que estejam com cláusula de confidencialidade, para que fosse melhor avaliada a necessidade do sigilo total, bem como que fosse explicado o nexo causal entre o fornecimento, ainda que parcial, e o respectivo prejuízo da divulgação. Em retorno, a ANEEL manifestou a necessidade de manutenção do sigilo, assim sendo, justificou:

**1) 48513.001687/2023 (e anexos):**

a. Assunto: *Dilação de prazo*

b. Resumo: O escritório de advocacia, representando a Amazonas Energia, solicita dilação de prazo para a apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário para a concessão de distribuição da Amazonas Energia. A Amazonas alega que vem empreendendo grandes esforços para buscar soluções definitivas com agentes de mercado com o objetivo de dar continuidade aos estudos para a operacionalização da transferência de controle acionário. Nesse sentido, para justificar que segue empreendendo esforços para buscar um novo pretendo controlador, **apresenta dois Termos de Confidencialidade com duas empresas renomadas no Setor Elétrico. São justamente esses dois Termos de confidencialidades que constam como anexo do referido documento**, em que constam as empresas, listadas em bolsa, que buscaram obter informações para avaliação da concessão de distribuição do estado do Amazonas, assinando **referidos termos em que constam definições, objeto, prazos, obrigações, devolução de informações confidenciais, penalidades, exceções, comunicações, limites, ética e conformidade, disposições gerais e foro.**

**2) 48513.013817/2023 (e anexos):**

a. Assunto: *Informações sobre as tratativas acerca da troca de controle societário da Amazonas Energia.*

b. Resumo: A Amazonas, fazendo referência ao Ofício nº 103/2023–DIR/ANEEL, mais especificamente quanto à obrigação de apresentação mensal de informações sobre a evolução de tratativas com potenciais interessados, informou que assinou em 06/06/2023 um novo NDA (non-disclosure agreements) com mais um agente. **Como anexo a Amazonas apresenta o próprio Contrato de Confidencialidade com o interessado**, com nome da empresa que buscou obter informações para avaliação da concessão de distribuição do estado do Amazonas, assinando **referido termo em que constam informações confidenciais, uso das informações confidenciais, exceções, prazo, declarações das partes, deveres, foro e disposições finais.**

**3) 48513.014754/2023 (e anexos):**

a. Assunto: *Solicitação de dilação de prazo para apresentação do Plano de Transferência de Controle Societário da Amazonas Energia.*

b. Resumo: A Amazonas, representada pelo escritório de advocacia, solicita dilação de prazo para a apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário para a concessão de distribuição da Amazonas Energia em 180 dias.

Para justificar que a concessionária segue envidando todos os esforços para efetivar a transferência de controle, ela reforça que já foram assinados acordos de confidencialidade com sete agentes e encaminha ao regulador o mais recente acordo (documento anexo). **Como anexo a Amazonas apresenta o próprio Contrato de Confidencialidade com o interessado**, com nome da empresa que buscou obter informações para avaliação da concessão de distribuição do estado do Amazonas, assinando **referido termo em que constam definições, objeto, prazos, obrigações, devolução de informações confidenciais, penalidades, exceções, comunicações, limites, ética e conformidade, disposições gerais e foro.**

**4) 48513.016279/2023 (e anexos):**

a. Assunto: *Informações sobre as tratativas acerca da troca de controle societário da Amazonas Energia.*

b. Resumo: A Amazonas, representada pelo escritório de advocacia, fazendo referência ao Ofício nº 103/2023–DIR/ANEEL, mais especificamente quanto a obrigação de apresentação mensal de informações sobre a evolução de tratativas com potenciais interessados, informou que assinou em

30/06/2023 um novo NDA (non-disclosure agreements) com mais um agente. Anexo a Amazonas apresenta o Contrato de Confidencialidade com o interessado. **Como anexo a Amazonas apresenta o próprio Contrato de Confidencialidade com o interessado**, com nome da empresa, listada em bolsa, que buscou obter informações para avaliação da concessão de distribuição do estado do Amazonas, assinando **referido termo em que consta definições, objeto, prazo, obrigações, devolução de informações confidenciais, penalidades, exceções, comunicações, limites, ética e conformidade, disposições gerais e foro.**

**5) 48513.016931/2023 (e anexos):**

a. Assunto: Informações sobre as tratativas acerca da troca de controle societário da Amazonas Energia.

b. Resumo: A Amazonas, representada pelo escritório de advocacia, fazendo referência ao Ofício nº 103/2023–DIR/ANEEL, mais especificamente quanto à obrigação de apresentação mensal de informações sobre a evolução de tratativas com potenciais interessados, informou que mantém tratativas com agentes de mercado interessados em assumir o controle da Amazonas Energia, tendo assinado ao todo 8 acordos de confidencialidade, sendo que 2 em conjunto com a Eletrobras, e então cita o nome das duas empresas que assinaram. Concluem a carta informando que as tratativas seguem e se colocam à disposição para esclarecimentos. **As empresas citadas nas Cartas assinaram os termos de confidencialidade dos documentos 48513.016279/2023 e 48513.014754/2023, acima detalhados.**

**6) 48513.023830/2023 (e anexos):**

a. Assunto: Requerimento inicial para prévia anuência à transferência de controle.

b. Resumo: A Interessada inicia a carta apresentando o requerimento para prévia anuência à transferência de controle societário da Amazonas Energia S.A. Nesse requerimento, o primeiro item é a motivação do pedido, com fundamento no art. 11, inciso V, alínea a) do Anexo III, da REN nº 948/21. A empresa apresenta os desafios enfrentados na concessão, especialmente com relação ao combate às perdas não-técnicas, e conclui informando que empreendeu grande esforço no sentido de buscar soluções definitiva com agentes de mercado para a transferência do controle, até a assinatura do Contrato de Venda e Compra de Ações, Transferência do Controle Acionário e outras Avenças com a empresa Green Energy LTDA, cujas tratativas são decorrentes do acordo de confidencialidade firmado com a Luxx Fund Limited. O segundo item do pedido trata-se da referência à documentação de caracterização do controle societário atual do agente setorial, acompanhado do ato constitutivo vigente, ato de designação dos atuais administradores, diagrama societário do grupo econômico e certidões de regularidade. Toda a documentação encontra-se anexa. No terceiro e último item, a empresa discorre sobre a documentação do comprador que também se encontra anexa. Apensado ao documento ora em descrição, 48513.023830/2023, está o documento 48513.024572/2023, de 18 de outubro de 2024, que encaminha o Plano de Ação, anexo, em complementação à documentação para transferência de controle. **Neste plano, a Green Energy apresenta a visão estratégica (...).** Ao final, a pretensa controladora apresenta dos certificados de regularidade do FGTS-CRF, o CND Municipal e o CND Cartório de protestos. **Os anexos técnicos contêm informações da pretensa controladora com pedido de restrição de acesso pela própria empresa.**

**6) 48513.026607/2023 (e anexos):**

a. Assunto: Solicitação de documentos e informações – Transferência de Controle Societário Troca de Controle Societário da Amazonas Energia SA

b. Resumo: A Green Energy, em atendimento ao solicitado pela ANEEL, apresenta parte da documentação necessária à transferência de controle ao passo que solicita prorrogação de prazo por 60 dias para protocolar a documentação faltante, como, por exemplo, os estudos inerentes à viabilidade econômico-financeira. A lista de documentos entregue que consta anexo são:

1) Diagrama do Grupo Econômico e Certificação Assinaturas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;

2) Declaração Pretensa da Controladora e do Cumprimento Lei 9854/1999 e Consulta e Validação de Selos e Documentos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

3) Demonstrações Contábeis e Certificação Assinaturas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;

- 4) *Certidões Negativas de Débitos Fazenda Federal, Estadual, Municipal, Trabalhistas e Certificado de Regularidade do FGTS – da GREEN ENERGY;*
- 5) *Relatórios Capacidade Econômica e Financeira e Certificação Assinaturas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;*
- 6) *Premissas e Metodologias Adotadas para as Projeções das Demonstrações Contábeis (elaboradas em 9 de outubro de 2023) e Certificação Assinaturas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;*
- 7) *Cronograma Previsto Implementação da Operação e Certificação Assinaturas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação;*
- 8) *Documentos Relacionados ao Fundo de Investimento*

**8) 48513.026919/2023 (e anexos):**

a. Assunto: *Solicita o cumprimento de Decisão Judicial.*

b. Resumo: *A Amazonas Energia faz uma extensa apresentação dos motivos que a levaram a entrar com processo judicial e encaminha, anexo, decisão judicial em processo que corre em segredo de justiça que determina que os Requeridos, Eletrobras e ANEEL, se abstenham de inscrever a parte autora no cadastro de inadimplentes e mantenham válida a certidão de adimplência. **O processo corre em segredo de justiça, o risco de torná-lo ostensivo é descumprir decisão judicial.***

Posto os esclarecimentos supracitados, a ANEEL acrescentou que as empresas solicitaram a aplicação de caráter restrito aos documentos, nos termos da Lei 12.527/2011 e Decreto 7.724/2012. Nesse sentido, ratificou que as informações **detêm estratégias de mercado, planos de atuação, dados de atividades econômicas**, de forma que estão resguardadas pela legislação específica, e que torná-las públicas geram risco à competitividade e à governança empresarial das envolvidas, bem como o descumprimento de decisão judicial e da própria lei que resguarda a sua restrição de acesso. Nesse contexto, citou a Portaria nº 3.836, de 26/01/2016, a qual dispõe no art. 10, §2º que, a ANEEL conferirá restrição de acesso às informações que estejam sob seu controle e posse, quando relacionados à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos. Reiterou a preocupação da ANEEL em promover e manter a transparência, bem como também, observar as premissas legais de restrição. Salientando por fim que, demais documentos do processo administrativo 48500.007583/2022-17, que não possuem restrição de acesso estão ostensivos e com acesso público, podendo ser consultados no [https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais\\_atendimento/processo-eletronico/consulta-processual](https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/consulta-processual). Assim sendo, quanto aos documentos de 1 a 7, entende-se que, estes estão resguardados com base no sigilo comercial, nesse sentido, pondera-se que, a recorrida demonstrou que, tais informações necessitam ficar restritas, pois uma vez estando em acesso de terceiros, poderá haver maculação de dados particulares, bem como relevantes à atividade empresarial, podendo assim, causar danos ou inviabilizar a exploração da respectiva expertise das empresas em questão. Tais documentos, se disponibilizados podem fornecer estratégias das empresas, passando informações privilegiadas aos seus competidores econômicos, portanto, constata-se condizente o indeferimento do pleito, com base no art. 22 da LAI, combinado com o art. 195, inciso XI, da Lei nº 9.279, de 1996. Quanto ao documento 8, verifica-se que este deve ser resguardado, pois encontra-se sob segredo de justiça, conforme dispõe o art. 22 da LAI. Logo, com base nos termos discorridos, coaduna-se com a negativa de acesso ora apresentada pela ANEEL, destacando-se que, os demais documentos referentes ao pedido, são de conhecimento público, por meio da consulta processual proporcionada pela Agência em seu sítio eletrônico.

### Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento do recurso e, no mérito pelo indeferimento, quanto aos documentos de 1 a 7 referidos no recurso, com fundamento no art. 22 da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 195, inciso XI, da Lei nº 9.279, de 1996, tendo em vista que estão sob sigilo comercial. Ademais, pelo indeferimento quanto ao documento 8, pois encontra-se sob segredo de justiça, com fundamento no art. 22 da Lei nº 12.527/2011.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 08/11/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima**, **Chefe de Gabinete**, em 13/11/2024, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 19/11/2024, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves**, **Usuário Externo**, em 25/11/2024, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito**, **Usuário Externo**, em 25/11/2024, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA** registrado(a) civilmente como **RONALDO**, **Usuário Externo**, em 26/11/2024, às 23:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6202733** e o código CRC **4E88C7FE** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)